

Eleições 2010: o desafio da democracia participativa

Antonio José Romera Valverde* & Francisco Viana**

Resumo. O ensaio analisa as últimas eleições presidenciais desde a tensão entre a derrocada do pensamento político conservador, pela falência do discurso e do projeto, até a novidade do retorno do povo à cena política, sob o fato do Estado fiar a democracia nascente e todos os desafios advindos de postura. O que traz para o centro do tabuleiro político o candente tema do controle do Estado. Parte-se da constatação de que as últimas eleições revelam que os conservadores não mais detêm o controle exclusivo do poder público, como no passado, o que abre caminho para uma complexa democracia participativa de massas.

Palavras-chave: Eleições, Estado, democracia participativa, pensamento conservador, poder, bem público.



* **ANTONIO JOSÉ ROMERA VALVERDE** é Professor do Departamento de Filosofia da PUC-SP. valverde@pucsp.br



** **FRANCISCO ANTONIO MARQUES VIANA** é Mestre em Filosofia Política pela PUC-SP. viana.9000@uol.com.br

La época es clínica y sabe que los nuevos valores tienen las piernas cortas.
(Peter Sloterdijk. *Crítica de la razón clínica*)



Se quisermos lançar luzes acerca do sentido das últimas eleições presidenciais, a questão do poder de Estado constitui-se como um tema de central importância. É nesse terreno, tão profundamente vital quanto escorregadio e movediço, que tendem a se acirrar os choques entre a esfera pública e a esfera privada. Estes choques encontravam-se em curso, antes mesmo do eclipse do regime militar, e, em princípio, caracterizam-se pelo gradativo fortalecimento da esfera pública, com firme mudança do perfil daqueles que controlam o Estado e operam a mediação com a sociedade. Enquanto as elites tradicionais perdem terreno, se bem que ainda relativo, há um novo pólo de poder em ascensão, egresso dos sindicatos e movimentos populares organizados, a retomar uma linha de negação da ordem política, presente desde o movimento republicano, mas historicamente sufocada ou anestesiada.

Exploremos a hipótese: é no âmbito do Estado que se esboça a gênese da nascente democracia brasileira. Pois, neste sentido há uma clara tendência à democratização do poder do Estado por força da afirmação de uma sociedade a passos largos de se tornar incluyente.

Porém, nada acontecerá sem conflitos. Conflitos, sobretudo, decorrentes da vazia razão conservadora que trata o mundo como discurso e enaltece a democracia para esvaziá-la, tornando-a oca como um anel. Faz do valor do trabalho um aspecto secundário da vida e esquece os labirintos da economia política, fazendo de conta que o econômico não determina a política, ao mesmo tempo em que tenta camuflar o papel determinante do Estado no processo de inclusão social. Não a inclusão pela inclusão, mas a inclusão participativa, que é o oxigênio do igualitarismo democrático. A Presidente Dilma Rousseff deseja, em verdade, ampliar os horizontes de realização do seu antecessor, terá necessariamente de operar reformas estruturais de largo alcance. E no momento em que se movimentar para tal terá que fazer uma opção cristalina: ou repete o passado, distanciando-se do Brasil que a elegeu, ou escreve uma nova história, afiançada pela legitimidade das urnas. Isto não significa que o país esteja dividido, mas, sim, que exige ação e comprometimento. Porque ficou evidente que se rompeu o feitiço paralisante das palavras impregnadas de otimismo e do cinismo político, sem a correspondente realização.

A burguesia contra a burguesia

Quem deve governar o Estado são os mais capazes, os mais sábios, os melhores. Verdadeira para o Brasil, desde os idos coloniais, essa realidade ideológica imperiosa do “ser” brasileiro conservador, de origem que remontam ao platonismo, marcou, com intensidade, a história republicana. Questão candente e fundamental da teoria política sempre foi encaminhada e resolvida pela força ostensiva das armas, nos momentos de crise, ou pela força invisível da manipulação política,

nos momentos de aparente normalidade institucional.

Em parte, mostrou-se como um desdobramento natural do caráter elitista do movimento republicano, inscrito sobre o esvaziamento dos movimentos populares, sobretudo o movimento operário que só ganhou impulso autêntico com as greves do ABC paulista na década de 80 do século passado. Lá onde o povo fora expulso de cena política, encontrou-se a fundamentação para a conceituação, elaborada no período que antecedeu a Revolução de 30, de que a questão social era “caso de polícia”, fonte inspiradora de parte da legislação trabalhista, considerada avançada, mas que não nasceu da ação das massas, foi concedida sem consenso. Portanto, acabou existindo no papel, e findou por oprimir a práxis cotidiana dos trabalhadores.

Em parte, o lugar que os “iluminados” ocuparam ao longo do tempo no aparelho de Estado, fora consequência da propaganda anticomunista, que ganhou força e tornou-se quase onipresente na consciência liberal, a partir do Levante de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes. Do Estado Novo ao retorno das eleições diretas para a presidência da República, na ressaca do pós-64, o anticomunismo tornou-se a figura central da rejeição das reformas sociais e da participação popular na vida brasileira. A burguesia que, no Brasil, fizera uma revolução industrial foi também responsável pelo retrocesso político. A cegueira histórica e o temor das massas anulou a Revolução que a própria burguesia ensaiou nos anos 30 do século XX, frente o desenlace do antigo pacto da oligarquia agrária em movimento desde o início da Primeira República. E o modelo de substituição de importações, a revolução industrial

brasileira, que não encontrou revolução correspondente no plano político. Pelo contrário, o que se viu em 1964 foi a opção por uma modernização conservadora, que considerava subversivo todo e qualquer movimento popular.

Combinados o caráter elitista do movimento republicano e o anticomunismo doutrinário, colocaram a política não a serviço do bem público e da coletividade, mas ao interesse de grupos privados. Deram alicerce ao Estado Novo e, posteriormente, ao golpe militar de 1964. Hoje, o espírito de toda essa época está sendo confrontado. A ordem a qualquer preço, escudo do conservadorismo, contra a democracia participativa. A “razão cínica” conservadora contra a “razão prática” da democracia de massas. O que os conservadores têm proposto como salvação da democracia – que eles, apenas eles vêem ameaçada – é, em realidade, a fonte dos males brasileiros, pois a realidade tornou-se visível aos olhos das multidões. O conservadorismo, em lugar de solucionar os grandes problemas brasileiros, só fez adensá-los. O problema da exclusão não decorre apenas do regime militar pós-64, mas é produto de hegemonia conservadora. Nas últimas eleições, o apelo moralista e o viés conservador de fundo, sob a crise de horizontes e a ausência de projeto político alternativo, parecem não ter funcionado a contento. Por tratava-se de uma imaginação de aparência, pouco criativa e sem nexos causal com a realidade social, muito próxima de um tipo de sub-ideologia, que flutuava a depender das conveniências, dissolveu-se no ar, ao menos momentaneamente.

E qual a textura em questão da realidade social? O universo da exclusão social

obtem das máfias urbanas das drogas e da violência, a grassar nos centros urbanos, uma das suas metáforas mais bem acabadas. Mas é uma realidade bem mais abrangente, que vinha se sustentando sob desconversas funcionais das instituições políticas, elaboradas com o objetivo de manter a sociedade distante da participação política. É isto que precisa ser visto, anulando a tese que parece dominante do bem contra o mal. O que é o bem, o que é o mal? Não seriam faces em conflito no interior de uma mesma visão de um Brasil de ficção, em que se imaginava poder acabar, por decreto, com as questões sociais? Excluída a ação do movimento de massas, a sociedade permaneceu por muito tempo a depender das boas intenções dos governantes e das boas leis, estas feitas mais de papel que da argamassa de autêntica vontade de mudança. Assim, caminhou-se passo a passo para um ambiente de soberania das elites, muito distante da soberania da sociedade. Eis o retrato de uma estrutura que vem se rompendo desde os anos 90.

Caminhamos na contramão dos princípios da Revolução Francesa da mesma forma que sempre estivemos distantes, e como, da Revolução Americana. Entre nós, a burguesia afirmou-se sem o embate político que marcou a vida européia ou a participação de grandes massas na vida política como é característico da América. Criamos assim, uma cidadania lastreada na ficção das boas leis, uma democracia para poucos, um sistema de positividade em que qualquer ameaça à ordem, mesmo tênue, era vista não como parte natural da democracia, mas como uma ameaça à sua existência. Novamente, o exemplo do anticomunismo é emblemático e, se perdeu força, é porque a queda do muro de Berlim tem funcionado como um

antídoto natural ao terror doutrinário do conservadorismo.

Uma democracia prática

Contudo, a visão de que as elites devem governar o Estado nunca se impôs tão facilmente como possa parecer, à primeira vista. A experiência histórica demonstra que nos períodos de liberdade política, no ciclo republicano, as tensões sociais sempre levaram o país para a esquerda. Foi assim em 1930, no segundo Governo Vargas e no pré-64. Tendendo a ser assim desde que os militares voltaram aos quartéis e que se restaurou a rotina das eleições diretas.

A novidade é que, desta vez, o movimento de massas tem demonstrado mais fôlego. Saltou da dialética direita-esquerda, que tem seu começo no alvorecer do século XX, sob a absorção mais ou menos mecânica dos pensamentos marxistas e dos leninistas, para uma efetiva análise e crítica da realidade dita concreta. Ou seja, o solo da ação passou a ser o universo fragmentado dos interesses populares, a envolver temas do cotidiano como segurança, escola, saúde, emprego e, também questões estruturais que vão da política externa, não alinhada aos Estados Unidos, e a própria debilidade da infra-estrutura. Contudo, parecer não haver hostilidade ao capital, mas é crescente a ambição de discipliná-lo. Onde antes predominava uma visão do todo, hoje afirma-se a visão de soma das partes. Não a revolução, mas uma tendência à multiplicação de reformas sociais mesmo que parciais.

Assim, o poder político tem sido disputado e exercido num ambiente livre do anacrônico dogmático do anticomunismo, e o pensamento conservador, sem bandeiras, enfraqueceu-se. Não conseguiu sobreviver à morte da sua antítese, o

fantasma do comunismo. Fantasma, porque no Brasil nunca foi sequer uma ameaça, muito menos uma ameaça efetiva. Enleada nessa nova realidade, as últimas eleições apontam para o ocaso da natural certeza liberal conservadora de que entre nós, os donos do estado, são conhecidos e definidos de antemão.

O que tem se visto nos últimos dez anos é uma mudança gradativa do perfil dos agentes do poder. Amplia-se a base de líderes, da burocracia estatal e, também, o sentimento participativo. Está longe de ser um movimento de largo alcance transformador, mas a sua gramática aponta no sentido da mudança do rosto do poder, com a incorporação de multidões desejantes de participar. Aqueles que, letargicamente, sonhavam com a imobilidade à la Platão de uma república de *aristoi*, foram surpreendidos por uma democracia prática. Uma democracia às margens de tornar-se revolucionária, que não visa superar a burguesia, mas, sim, ampliar a base participativa da sociedade. Em movimento de modelar uma democracia de massas, em que os diferentes setores da sociedade formem um coro polifônico, a exigir poder, a mobilizar-se e a reivindicar. A pergunta chave é: para onde caminhará essa nova democracia? Quais os seus horizontes?

Como a democracia burguesa, ou o que restou dela, não pretende nenhuma revolução política, exatamente porque a burguesia tem mantido o controle do jogo democrático. Para isto a inventou. Se Lula, Dilma ou Tiririca são eleitos e governam, governam com a Constituição sob as mãos. Por isto pode existir e ser democracia. Qualquer cidadão, em princípio, pode governar. Então não há revolução em curso. Penso como você, mas, creio, que o

problema hoje não é a revolução, mas conter e aplastar a contra-revolução.

Sabedoria das massas

Rompeu-se o véu do anticomunismo, tornou-se visível os paradoxos e contradições da democracia sem povo. Para isto, em muito contribuiu a dinâmica das mídias sociais. Mas, em realidade, há uma questão nova em cena: a sabedoria das massas. O Brasil tornou-se uma sociedade de multidões, às vezes organizada, por vezes desorganizada, seduzida pelo consumo e distante dele, politizada e despolitizada. Nela, a realidade concreta se traduz nas entranhas da economia política – não confundir com política econômica – e nos conflitos crescentes de um sistema político jurídico criado para represar o movimento de massas, mas que, contraditoriamente, tem se colocado a seu favor. No mesmo passo, observa-se o caso da morosidade do poder judiciário. As pressões da sociedade têm contribuí-lo para torná-lo mais ágil. Ou, o caso do poder legislativo. A vitória da “Ficha Limpa” é emblemática. Curiosamente, é um movimento pouco visível, certamente mais evidente em alguns movimentos sociais reivindicatórios.

Contudo, contraditoriamente, os contrastes entre o discurso e a realidade social tanger a brutalidade. Está nas ruas. Na imprensa. Nos tribunais. E a ampliação dos espaços democráticos tende a produzir um novo equilíbrio de forças entre o público e o privado, entre os direitos do cidadão, o poder das corporações e do Estado. Em lugar de uma falsificação da realidade, há uma superação da falsificação. Há um descolamento entre a ideologia e a base material da sociedade, como se fossem focos sem ajustes de uma mesma imagem. Um foco caminha no rumo da participação, outro, o foco da

superestrutura, parece prisioneiro da ideia de volta ao tempo dos *aristói*, da idealização de uma sociedade imóvel, em que os como deuses da autoproclamada sapiência, os modelos de governo tendiam a eternizar-se. A luz proveniente das urnas revela esse deslocamento incontornável. Encontra-se no cerne da opção feita livremente pela sociedade. A teoria da superioridade daqueles que sabem mais e conhecem mais, que são mais preparados ou mais sábios, revelou-se desastrosa, ao menos momentaneamente.

Prova disto é que a modernização social do país cumpriu-se por um líder operário do ABC e por lideranças egressas do mundo das fábricas e dos sindicatos, não da tradicional elite dirigente. Prova também, é que o Presidente elegeu sua sucessora, que possui larga experiência administrativa, mas nenhuma experiência eleitoral. Prova disso ainda, é que a transição de uma democracia excludente para uma democracia incluyente vem se fazendo pacificamente, sem um mínimo, por tênue que fosse, abalo à ordem institucional. Em termos históricos, é um fato inédito: eleições presidenciais sempre foram conflitivas, uma vez que o temor da instabilidade precipitaria o choque de classes, mesmo que este se situasse, como sempre se situou, no âmbito da democracia burguesa. Mas, isto só parecia valer para o lugar de sua invenção: a Europa.

É demasiado cedo para esclarecer por completo o que realmente aconteceu e está em curso. Quais os limites da atual democracia brasileira? Iremos repetir o passado sob o manto de mudança cosméticas, que não revolvam as estruturas profundas da economia política – o verdadeiro cerne da questão democrática – ou iremos, de fato,

escrever uma nova história articulando democracia participativa com a construção de um Estado orientado para o bem público? Um dado parece efetivo: o Estado controlará os que atendem às demandas sociais. É o que parecem dizer as urnas. O governo Lula venceu o pleito porque correspondeu às expectativas da sociedade, no geral. Não foi um voto à esquerda. Foi um voto contra o eterno retorno ao idêntico, ao mesmo, ao vazio do nada de cumprimento das promessas eleitoreiras. O tempo em que o governo do Estado, tal como as capitânias hereditárias, tinha dono e era monopolizado por estes, passou. Ao que tudo indica, a teoria da imobilidade dos donos do poder tornou-se obsoleta.

O éter do medo da ameaça à ordem volatilizou-se. Nada pode ameaçar mais a ordem do que o crime organizado ou a exclusão social nas cidades e nos campos. Há zonas claras de critérios, focos de luz em torno dos quais giram as reais linhas de força do governo da atual sociedade. Procura-se a dignidade humana na superação da exclusão social. Não mais a palavra momentânea de promessas que nunca se cumprem, nem se materializam. O futuro deixou de ser um tempo inatingível, uma idéia que não sai do plano das idealizações. O futuro tornou-se o visível do Brasil, a necessidade de enfrentamento político da questão social – eis o que tem brotado das urnas, essa nova versão da esperança de Pandora, aclimatada aos trópicos.

Para onde aponta o futuro?

A realidade sugere que outra questão seja trazida à cena política: se o controle do Estado passou ou está passando de mãos, quais serão os resultados? O que se pode esperar, efetivamente, do futuro governo da República? Por que não admitir de saída – e isso Maquiavel o

sabia bem, disse-o com conhecimento de causa – a boa república é a república tumultuária. Conflituosa. Uma república em que os interesses se chocam e, dialeticamente, se superam.

Voltando ao Brasil dos dias atuais. O primeiro desafio são as reformas. E a primeira delas tende a ser a reforma jurídica. Não pode haver harmonia entre a economia política e a sociedade se não houver igualdade efetiva de classes perante a lei e a justiça. Esse a primeira herança a remover do superado modelo de estado liberal conservador. A segunda, interligada à primeira, relaciona-se com a soberania do novo Estado. Qual o papel que será reservado, por exemplo, à representação tradicional, o parlamento, e a representação das grandes massas – das entidades de classe e os sindicatos? Sem se deixar levar pelos embalos corporativistas, velhos conhecidos. E, há ainda, a candente questão do sistema financeiro. Como domesticá-lo?

A dívida dos cidadãos condicionada pelos juros altos e pela ideologia do consumismo tornaram-se as principais armas para escravizar a sociedade e a sua mecânica funda-se na concepção de que a vida é um negócio muito dinâmico, no diapasão de produzir e de consumir, logo destruir. Por esse caminho, transforma-se a felicidade em uma abstração, pois tudo parece resumir-se ao tempo de trabalho e de lazer programado. Não há tempo para viver, mas apenas para a produção e o consumo. O trabalho passou a dominar, praticamente, todas as esferas da vida. Teme-se a necessidade do trabalho com vigor idêntico ao temor da sua opressão. A ascensão do neoliberalismo conduziu à vivificação de uma filosofia positiva, em detrimento de uma filosofia crítica, que não foi superada. Despoja-se as palavras de seu sentido fundamental,

tornando-as meras peças de um jogo de ilusões de uma sociedade unidimensional, sem horizontes amplos de negação, porque num tal ambiente torna-se quase impossível pensar histórica e criticamente. Trata-se de uma crise a ampliar a aspereza do mundo contemporâneo e que carece de enfrentamento sob muita habilidade política e social.

O caminho para o futuro será o da práxis. A práxis crítica de um mundo em crise, caracterizada pela globalização de inspiração neoliberal, em descenso, que escancarou as portas das nações para a pobreza, sob grave crise do sistema financeiro cada vez mais especulativo, a defrontar-se também com a eminência de uma crise ambiental de amplas proporções. A práxis que desafia o Brasil pós-eleição é aquela que resgate o sentido pleno da palavra crítica, tantas vezes explicitado pela filosofia ética política, ao aliar democracia e felicidade, em busca de um significado maior para o trabalho do que a simples produção e consumo de mercadorias. Tal práxis significa, por esse critério, a consciência modelada pela compreensão do mundo e da presença do Brasil num ambiente em que tudo é global, sob uma política global requeitada, e onde o pensamento conservador encontra-se longe de ser vencido. Tanto que a esquerda cinicamente se confunde com a direita e o termo socialismo é, não raro, considerado maldito, tem sido retirado de programas de partidos políticos. Poderá, assim, a práxis ser o ponto de Arquimedes para impulsionar o “ser” democrático das multidões numa construção social de muitas frentes, todas convergindo para a percepção de que o sujeito da democracia é o homem cidadão, não o Estado. E que o sujeito da política é a sociedade, não os interesses pessoais ou de facções.

Como lembra Merleau-Ponty, citando Husserl, a filosofia é “uma potência de significar, um nascimento do sentido ou um sentido selvagem, uma expressão da experiência pela experiência que ilumina, precipuamente o domínio especial da linguagem”. E nesse sentido, a linguagem, ainda na voz do autor, é tudo pois “não é a voz de ninguém, à voz das coisas, ondas e florestas”. (MERLEAU-PONTY, 2009, p.150) No nosso caso, a linguagem significa mais do que a voz das urnas: significa a voz de uma sociedade que se redescobre e se recria. Que não se defronta mais com a polaridade direita-esquerda, mas frente a frente com a força da multiplicidade de visões de mundo, com o desafio de combinar liberdade com igualdade, indivíduo e coletividade. Há perspectivas concretas, mas não faltam interrogações. A mais recorrente é quanto ao destino da democracia participativa. De fato, é um sonho que o Brasil sonha acordado desde muito antes de ser republicano. A ideia de República surgiu como emblema de uma nova identidade brasileira. Retrospectivamente, significava o sonho de ocupar um lugar no mundo. Hoje, pode-se afirmar, vive-se um reencontro com essa identidade a demarcar a fundação de uma sociedade igualitária. A natureza da participação das multidões na vida política dirá se o futuro será melhor do que o passado e superior aos dias de hoje. Ou, se seguirá a trilha de uma consciência cínica¹, ou de uma consciência prática, a consciência participativa. Se terá êxito a construção da democracia ou se trabalhará em vão. A julgar pelo

resultado das eleições, tudo indica, que o terreno está preparado para a possibilidade de mudanças políticas negativas da ordem até há pouco em curso.

Referências

MERLEAU-PONTY. Maurice, **O visível e o invisível**. Tradução José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira São Paulo: Perspectiva, 2009.

¹ O conceito de consciência cínica é da lavra de Peter Sloterdijk (1947), um dos mais conhecidos filósofos alemães do pós guerra. Entre outros muitos livros, é autor da trilogia **Esferas**, **O estranhamento do mundo**, e **Ensaio sobre a intoxicação voluntária**.